Coordenador da bem sucedida operação "Saisine" que prendeu no dia 15 de junho de 2011 pelo menos 17 pessoas acusadas de pertencer a uma organização criminosa que comandava o tráfico de cocaína a partir da fronteira que separa Mato Grosso do Sul do território paraguaio e boliviano, o jovem delegado federal Alberto Ferreira Neto, é o homem que está comandando as investigações em torno da morte da estudante piauiense Fernanda Lages Veras, de 19 anos, ocorrida ao amanhecer do dia 25 de agosto do ano passado, em Teresina.

A operação comandada no Mato Grosso do Sul por Alberto Ferreira Neto contou com a participação de 200 policiais federais e as investigações tiveram início em janeiro de 2011, logo depois da morte de José Elias Fernandes do Amaral, o "Bagual", simplesmente braço direito de Luís Fernando da Costa, o "Fernandinho Beira Mar", que já estava preso há dois anos no presídio federal de Campo Grande, construído para abrigar os presos mais perigosos do país. A quadrilha desmantelada sob o comando do delegado que hoje trabalha para esclarecer a morte de Fernanda Lages Veras, tudo indica atuava com inspiração nos métodos utilizados por Fernandinho Beira Mar e tinha ramificações em São Paulo (a terra de Alberto), Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul.

Solidariedade

Alberto Ferreira Neto, cujo nome a Superintendência da Polícia Federal no Piauí manteve em segredo até mesmo internamente, assinou um manifesto de solidariedade ao juiz federal Fausto de Martins de Sanctis, ao procurador da República Rodrigo de Grandis e aos delegados Eduardo Pellegrini Magro, Karani Murakami Souza, Protógenes Pinheiro de Queiroz (hoje deputado federal) e Vitor Hugo Rodrigues Alves Ferreira. Essas pessoas às quais Alberto e mais duas centenas de delegados federais prestaram solidariedade, foram responsáveis pela operação que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas, do falecido prefeito Celso Pitta e do investidor Naji Nahas, deflagrada em 8 de julho de 2008, e que foi duramente criticada pelo ministro do Supremo Tribunal Gilmar Mendes.

Fonte: GP1